

BRASILIANAS

Pedro Ventura/Agência Brasília



Com a sanção, o DF abrirá mão de até R\$ 11,6 milhões

Lei sancionada pode reduzir o diesel no DF em até R\$ 1,20

A governadora Celina Leão (PP) sancionou, nesta terça-feira (5), a Lei nº 7.865, que autoriza o DF a aderir ao regime federal de subvenção econômica ao diesel. A iniciativa permite ao GDF cooperar financeiramente com a União para reduzir o preço do combustível nas bombas, em meio à pressão provocada pela alta internacional do produto importado. O programa prevê queda de até R\$ 1,20 por litro, dividida igualmente entre os entes federativos que aderirem e o governo federal.

Com a sanção, o DF poderá abrir mão de até R\$ 11,6 milhões em dois meses, valor que será compensado por retenções no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. A medida integra o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis, criado para mitigar a elevação do custo do diesel importado, que acumula alta próxima de 20% em razão de tensões externas e instabilidade no mercado internacional. O GDF avalia que a adesão é necessária para evitar repasses imediatos ao consumidor e reduzir pressões sobre setores que dependem do diesel, como transporte público, logística e abastecimento. A expectativa é que a regulamentação seja concluída nos próximos dias, permitindo que distribuidoras iniciem o processo de ajuste.

Divulgação



“Operários”, uma das obras mais icônicas de Tarsila

‘Mulher’: Roda de conversa no TCU

O 4º Prêmio Engenho Mulher promove, neste sábado (9/5), uma roda de conversa sobre protagonismo feminino no Centro Cultural do TCU, às 10h. A atividade integra a visita mediada à exposição “Transbordar o mundo: os olhares de Tarsila do Amaral”, que reúne obras e registros da artista e inspira reflexões sobre a presença das mulheres na cultura e na vida pública.

A realizadora do prêmio, Kátia Cubel, lembra que Tarsila do Amaral se projetou ainda no início do século 20, tornando-se referência de inovação e liderança feminina. Segundo ela, a iniciativa busca valorizar trajetórias que impulsionam a equidade de gênero e fortalecer redes de mulheres que atuam em diferentes áreas.

A edição deste ano conta com patrocínio da Fibra, do programa Glass is Good e de Alves Corrêa e Veríssimo Advogados Associados. O evento tem apoio do Sebrae-DF, do Boulevard Shopping, da Secretaria de Economia Criativa e do MAB. A entrega da premiação, que reconhecerá três mulheres do DF, será realizada em 25 de maio.

POR
WILLIAM FRANÇA

Setor cobra adesão das distribuidoras

A sanção da Lei nº 7.865 pelo GDF gerou reação imediata do setor de combustíveis. O Sindicombustíveis DF afirmou que a medida atende à demanda da população por preços mais baixos, mas destacou que a redução só chegará ao consumidor se as distribuidoras aderirem ao plano nacional de subvenção do ICMS. Segundo o presidente da entidade, Paulo Tavares, o alinhamento é essencial para que o desconto previsto seja aplicado de forma integral na ponta.

O sindicato lembra que o DF enfrenta consumo elevado de diesel, o que pressiona custos logísticos e amplia o impacto de oscilações internacionais. A entidade também aponta que o cenário fiscal local exige acompanhamento permanente, já que a adesão ao programa federal depende de compensações financeiras e pode afetar o orçamento caso o preço internacional permaneça instável.

A expectativa do setor é que a regulamentação operacional seja concluída rapidamente, permitindo que o mercado ajuste margens e repasses ao longo das próximas semanas.

Projetos do Melchior avançam na CLDF

A Câmara Legislativa aprovou, em primeiro turno, quatro projetos de lei derivados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Rio Melchior, que investigou a poluição do curso d'água e encerrou seus trabalhos no ano passado, e que foi presidida pela distrital Paula Belmonte (PSDB).

As propostas tratam de ajustes na Política Ambiental, no reuso de água, na modernização das Estações de Tratamento de Esgoto e na coleta seletiva. Entre as medidas, está a vedação da transferência do Fundo Ambiental para o Tesouro e a obrigatoriedade de separar resíduos em três frações: recicláveis, orgânicos e rejeitos.

Os distritais também aprovaram o PL nº 2.231/2026, de autoria do deputado Roosevelt Vilela (PL), que altera regras do Estudo de Impacto de Vizinhança. O texto dispensa a apresentação do EIV para projetos voltados à organização logística do transporte e armazenamento de carga na macrozona rural. Segundo o autor, a exigência atual encarece a implantação dessas atividades e não traz ganhos.



O valor estimado da licitação é de R\$ 191,5 milhões

TCDF manda Educação corrigir licitação

Tribunal aponta falhas em edital de quadras esportivas no DF

Por Isabel Dourado

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) determinou que a Secretaria de Educação do DF corrija irregularidades na licitação de R\$191,5 milhões para a construção de quadras poliesportivas e coberturas em escolas públicas em 14 Regiões Administrativas (RAs) do DF. De acordo com o TCDF, foram encontradas uma série de irregularidades que podem reduzir a participação de interessados e prejudicar a busca pela proposta mais vantajosa.

O Tribunal suspendeu a Concorrência Eletrônica nº 90.002/2026 para que fossem feitas as correções, no entanto, a Secretaria de Educação do DF corrigiu apenas parte do edital. Agora, a contratação depende da reparação devida desses erros. Entre eles estão a restrição da competitividade e irregularidades nas exigências feitas para a comprovação de capacidade técnica das empresas interessadas em prestar o serviço.

De acordo com a Corte, a Secretaria de Educação manteve, no edital, “exigências consideradas excessivas”. Além disso, a pasta também não apresentou justificativa suficiente para limitar a concorrência: pelo edital, uma mesma empresa pode vencer no máximo dois lotes. “Nesse sentido, se uma empresa apresentar o maior desconto em mais de dois

lotes e for impedida de contratá-los, pode haver perda econômica para a Administração”, apontou o relatório técnico. Por esse motivo, o Tribunal de Contas do DF determinou que esses itens sejam retirados do edital.

Obras

O TCDF ainda determinou ajustes na lista de documentos que as empresas devem apresentar para comprovar sua experiência prévia. As intervenções incluem a construção das quadras e a instalação de estruturas de cobertura, com uso de materiais como concreto, estruturas metálicas e telhamento, conforme os projetos técnicos definidos. As obras serão executadas sob demanda e seguem seis modelos padronizados: quadra pequena, quadra média, quadra grande, quadra padrão sem vestiário, quadra padrão com vestiário, e pátio coberto.

A contratação foi dividida em dez lotes, organizados por Regiões Administrativas do Distrito Federal. As obras estão previstas para Ceilândia, Samambaia, Plano Piloto, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Sobradinho, Taguatinga, Brazlândia, Recanto das Emas, Guará, Planaltina, São Sebastião, Santa Maria e Gama. Segundo o Tribunal de Contas, a divisão por lotes permite distribuir os serviços de acordo com a demanda das unidades de ensino em cada localidade.